

Editorial

PAULO CASTRO SEIXAS
PEDRO GOULART

O filósofo francês Henri Lefebvre escreveu o seu célebre ensaio, *O Direito à Cidade*, e pretendia que o mesmo fosse publicado em 1967, no ano em que se comemorava o centenário da publicação do primeiro volume de *O Capital* de Karl Marx. De facto, o ensaio só foi publicado em 1968, coincidindo com o ano de um forte movimento social pela mudança. Aproveitamos este editorial para celebrar esse ensaio e esse importante conceito. O direito à cidade é um conceito sempre presente e que projeta uma cidade transformacional, uma cidade enquanto espaço de direitos, de direito a uma cidadania plena. Ora, a edição que agora se apresenta de *Ciências e Políticas Públicas* inclui artigos que perfazem uma panorâmica em relação às políticas públicas e seus suportes e questionamentos ao nível científico e político e que, pelos seus temas, constituem um quadro para a celebração do conceito do direito à cidade.

As análises e reflexões críticas centram-se na educação e cidadania, capital humano, empregabilidade e carreiras, habitação e cidade, gestão do “comum” (os *global commons*), especificamente no uso do mar, e o olhar crítico sobre o “outro” como categoria: o refugiado. A pluralidade que perpassa por este número é evidenciada através das áreas abordadas: políticas educativas; políticas de emprego e de empregabilidade; políticas de combate à pobreza e de habitação para todos; políticas de sustentabilidade; e políticas de cidadania global (ou a sua ausência). Aborda-se e defende-se uma educação mais cívica, a importância do capital humano e da sua capacitação com ênfase nas *soft skills*, a necessidade de defender uma vida digna para todos, a importância do *soft power* e da inovação estratégica na defesa de novos *clusters* de internacionalização como no caso do mar e da EOA – Estratégia Oceano Azul e a necessidade de uma política de cidadania global e de uma comunicação social em linha com tal perspetiva.

Desde logo começamos por perguntar para que serve a escola e a educação: se se trata de um setor que deve antes de mais estar aberto à economia ou se deve ter uma perspetiva mais cívica. Acentua-se a importância da linguagem e dos conceitos, assim como o papel dos professores no desenvolvimento do capital humano no quadro de um capitalismo cognitivo centrado numa economia do conhecimento. A importância de políticas de formação de professores, assim como de políticas de *accountability* e avaliação do seu papel, é fundamental (Maximiano et al., 2015). Talvez o alerta mais importante seja o do perigo de uma sociedade que não se centra em políticas públicas de educação ou que nas mesmas abdica de conceitos fundamentais como igualdade e justiça social.

Em linha com este questionamento sobre a educação, esta edição apresenta uma análise sobre competências para a empregabilidade na atualidade e como, num quadro de forte imprevisibilidade, as chamadas *soft skills*, enquanto competências transversais que distinguem uns trabalhadores dos outros, se tornam cada vez mais relevantes, sendo-o ainda mais do que as meras competências técnicas ou *hard skills* (Heckman e Kautz, 2012). Uma política centrada no capital humano e na sua valorização pelas *soft skills* implica a integração de medidas, desde a educação enquanto percurso de vida, à formação profissional e à requalificação. As competências interpessoais e profissionais, assim como as competências de comunicação e de responsabilidade são destacadas na pesquisa apresentada neste número. Num mercado de trabalho aberto e com forte grau de incerteza, a capacidade de adaptação e de resiliência são fundamentais e implicam uma política de capacitação do capital humano para tais desafios.

As políticas de habitação e, por conseguinte, de cidades, são também um foco relevante desta edição. As pessoas sem-abrigo, ou, como se refere no Brasil, a «população em situação de rua», são uma evidência da restrição de direitos e um desafio às políticas sociais destinadas a garantir a proteção e dignidade da pessoa humana, enquanto se processa a obrigação de recuperar e reinserir na sociedade os moradores de rua. Referem-se, em sentido crítico, os serviços assistenciais e o seu apoio a tal população e sustenta-se a necessidade de ouvi-la de forma a que quer a regulamentação quer os serviços assistenciais possam aproximar-se das suas vidas (Seixas et al., 2017). É, em suma, o direito à cidade que está em causa.

Num âmbito bem mais vasto, de cidade-e-mundo, evidencia-se num outro texto a importância do mar como centro de uma potencial nova centralidade (no caso, portuguesa) no quadro de um regionalismo territorial internacional de geometrias flexíveis. Entre, por um lado, o medo de um mar único que

seja o espelho de um céu único europeu, num quadro de política territorial europeia que se multiplica, e, por outro lado, o medo da passividade do pequeno Estado periférico, procura-se na Estratégia Oceano Azul, um espaço estratégico múltiplo em que Portugal seja uma centralidade. É a voz que se procura dar ao pequeno Estado periférico para aceder a centralidades que se produzem científica e politicamente.

Finalmente, aborda-se o “outro”, o refugiado, uma categoria que nos chega por imagens e às quais não se fazem corresponder subjetividades cidadãos mas tão só tipos-ideais estereotipados em que a massa humana frágil, cuja coragem advém do desespero de um lado, nos faz medo, colocando a securitização e a ajuda humanitária como elementos chave do outro lado. A divisão entre o “eu” e o “outro” evidencia-se nas imagens que nos chegam. É o *denizen* e não o *citizen* que emerge desta categoria imagética que, as mais das vezes, não tem voz (Agamben, 2005). Dar-lhe voz é torná-la humana e, por isso, dar-lhe o direito a ter direitos: o direito à cidade.

Celebrar o direito à cidade de Henri Lefebvre, 50 anos depois, é celebrar a cidade da hospitalidade, como cidade capaz de incluir, de ser centro de uma região sustentável, de ser lugar de habitação e políticas sociais para todos e de ser lugar de empregabilidade com valores humanos e de uma educação cívica que nos possibilite a todos continuar a fazer cidade.

Referências

- Agamben, G. (2005). *State of exception*. London/Chicago: The University of Chicago Press.
- Heckman, J. J. e Tim Kautz (2012). Hard evidence on soft skills. *Labour Economics*, 19(4), 451-464.
- Lefebvre, H. (1968) *Le droit à la ville*. Paris: Anthropos.
- Maximiano, S. S., Neves, A., e Goulart, P. (2015). A política de gestão dos fundos comunitários na formação de professores: a formação profissionalizante. *Public Sciences and Policies*, 1, 47-86.
- Seixas, P. C., R. C. Dias, e P. Pereira (2017) Uma cidade boa para viver. Planeamento cultural e ciência cidadã no desenvolvimento urbano sustentável, *A Obra Nasce*, 12, 9-25.

